

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submetemos o Relatório da Administração à apreciação dos acionistas. O relatório demonstra as atividades desenvolvidas pela CORSAN no exercício social de 2015, acompanhado de pareceres dos auditores externos e do Conselho Fiscal, bem como de manifestação do Conselho de Administração.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966, tem como objetivo fundamental promover a saúde e a qualidade de vida da população mediante a preservação dos recursos hídricos. Decorridos 49 anos, a Companhia mantém-se fiel ao seu objetivo, configurando-se como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul ao executar políticas públicas de saneamento básico no âmbito da Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação – SOP. Nesse sentido, o Governo do Estado vem fortalecendo institucionalmente a CORSAN ao fomentar o aprimoramento de técnicas de planejamento e governança corporativa, além de melhorias e expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

No conjunto de suas práticas de gestão, a CORSAN tem por finalidade otimizar o desempenho e proteger as partes interessadas (clientes, investidores, empregados, fornecedores), primando pela transparência nas ações e prestações de contas, e pela equidade de tratamento dado aos acionistas.

2.1 Assembleias, Estrutura Acionária e Grupo de Controle

2.1.1 Assembleias Gerais de Acionistas

As assembleias gerais, as quais versam sobre temas oportunos e relevantes tanto para a Companhia quanto para os acionistas, são realizadas em condições de data e horário compatíveis com o acesso das partes, sendo precedidas por convocação dentro dos parâmetros legais, inclusive no que se refere ao detalhamento da pauta.

2.1.2 Estrutura Acionária e Grupo de Controle

A seguir, demonstramos a composição acionária do capital social da CORSAN, cujo grupo de controle está a cargo do Governo do Estado.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA a partir de dezembro 2015					
Capital Social em R\$ 939.148.018,48					
ACIONISTA	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total Ações	Capital Total %	Capital Votante %
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018%	99,99999348018%
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996%	0,00000162996%
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797%	0,00000097797%
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198%	0,00000065198%
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198%	0,00000065198%
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198%	0,00000065198%
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198%	0,00000065198%
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198%	0,00000065198%
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198%	0,00000065198%
Totais	306.756.816	306.756.816	613.513.632	1,00000000000	1,00000000000

Fonte: SUCONT

2.2 Controles Internos

A CORSAN prima pelas melhores práticas de controles internos, incluindo o gerenciamento integrado dos atos de gestão e dos fatos administrativos e contábeis. Há análise e revisão contínuas, bem como o mapeamento das possíveis fragilidades da estrutura e, quando da detecção de insuficiências, estas são notificadas à Assessoria de Gestão de Risco da empresa - AGR. Além dos controles internos, setores da Companhia vêm revisando seus processos, mapeando-os e os submetendo a organismos certificadores externos.

2.3 Estrutura da Governança

2.3.1 Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada, com autonomia dentro de prerrogativas e responsabilidades estabelecidas pelo Estatuto Social da CORSAN e pela legislação, o Conselho de Administração atua de forma a orientar os atos de gestão da Diretoria Executiva, proteger o patrimônio da Companhia e promover a realização do objeto social. O Conselho é composto por cinco membros efetivos e respectivos suplentes, eleitos para o mandato de dois anos pela Assembleia Geral de Acionistas, sendo permitida a reeleição. Quatro membros são eleitos pelo acionista controlador, e um é eleito pelo acionista minoritário.

2.3.2 Diretoria Executiva

Estrutura responsável por gerir os negócios da Companhia, em sintonia com a visão, missão, foco e mapas estratégicos, valores e princípios fixados pelos integrantes da gestão, a Diretoria Executiva é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, com possibilidade de reeleição. Compõe-se por: diretor-presidente (membro do Conselho de Administração sem, no entanto, residir no órgão), diretor de operações, diretor técnico, diretor financeiro e de relações com investidores, diretor comercial, diretor administrativo, diretor de expansão (o qual atualmente acumula a função de diretor de gestão do PAC).

2.3.3 Conselho Fiscal

Cabe ao Conselho Fiscal representar os acionistas em sua função fiscalizadora, acompanhando os atos dos administradores e verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, bem como defender os interesses da CORSAN e dos acionistas. Como prevê a Lei das Sociedades Anônimas, o Conselho Fiscal atua de modo permanente e independente da administração, sendo composto por, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros efetivos, e de igual número de suplentes. Os membros são eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandatos de um ano, facultada a reeleição.

2.3.4 Auditoria Externa

A política da CORSAN junto aos auditores independentes pauta-se pelos princípios que preservam a independência do auditor. Segundo as práticas da governança, a restrição à prestação de outros serviços visa a evitar a perda dessa independência.

2.3.5 Acesso a Informações

A CORSAN disponibiliza informações ao mercado, aos acionistas e a membros do Conselho Fiscal, sem limitações referentes a exercícios anteriores, desde que tais informações tenham relação com questões atuais em análise ou se refiram a partes interessadas, observando que não seja violado o sigilo previsto em lei.

2.3.6 Informações Contábeis

A CORSAN adota os princípios de contabilidade em vigor no Brasil, convergindo para as normas internacionais de contabilidade previstas pela Comissão de Valores Mobiliários, as quais aprovam os pronunciamentos emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e submetidos à avaliação de auditores independentes.

2.3.7 Proteção a Acionistas Minoritários

No sentido de resguardar os direitos dos acionistas minoritários, proprietários de ações preferenciais e ordinárias, a gestão da CORSAN, através do Estatuto Social, assegura-lhes assento e representatividade nos Conselhos Fiscal e de Administração. A Companhia zela pela distribuição legal do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dividendos, proporcionando tratamento igualitário a todos os acionistas.

2.3.8 Clientes

A CORSAN atua de forma segura e eficiente no atendimento às necessidades de seus usuários, oferecendo serviços de qualidade, que visam a assegurar a satisfação e a fidelização de sua base de clientes.

3 ANÁLISE CONJUNTURAL

3.1 Contexto Legal

A Constituição da República Federativa do Brasil, através do Inciso IV do artigo 200, atribui ao Sistema Único de Saúde - SUS a competência para participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico. Através dessas políticas, pretende garantir o acesso universal e igualitário aos serviços de saneamento, promovendo a proteção e a recuperação da saúde dos brasileiros, uma vez que se trata de direito de todos e dever do Estado conforme previsto no artigo 196 da Carta Magna. As condições para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde, bem como para a organização e funcionamento do sistema estão previstas na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, mais especificamente em seu artigo 15, onde consta que a União, os Estados e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as atribuições de participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico, colaborar na proteção e recuperação do meio ambiente, bem como propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos a saúde, saneamento e meio ambiente.

3.2 Ambiente Regulatório

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007, estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, norteando a prestação dos serviços pela CORSAN, inclusive no âmbito da regulação. Os contratos de programa celebrados entre CORSAN e municípios, referentes à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, têm sua regulação a cargo das Agências Reguladoras dos Serviços Públicos, através de convênios firmados diretamente com os municípios. Ao município é atribuída a fiscalização; às agências de regulação cabem: a homologação de tarifas, a definição de padrões de qualidade dos serviços e a mediação de conflitos. Através dos contratos de programa, são asseguradas a qualidade dos serviços e as garantias de aporte de recursos financeiros para novos investimentos.

3.3 Análise de Mercado

O artigo 175 da Constituição Federal estabelece que é atribuição do Poder Público, diretamente ou sob regime de concessão ou

permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos. No Brasil, o setor de saneamento básico está concentrado principalmente em operadores públicos. No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de prestação de serviços de abastecimento de água em 316 municípios; em relação aos serviços de esgotamento sanitário, a Companhia possui contratos com 282 municípios.

A política de subsídio cruzado viabiliza o equilíbrio econômico, permitindo não apenas a manutenção do mercado, mas tornando possível o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente aquelas menos desenvolvidas economicamente. A CORSAN, não obstante estar inserida em um ambiente de mercado que opera em regime de concessão pública, é avaliada por esse mercado no que tange à capacidade de operação e à qualidade da prestação dos serviços às comunidades. O município, no papel de poder público concedente, juntamente com a Agência Reguladora, em conformidade com o artigo 241 da Constituição, estipula o caráter especial do contrato e da prorrogação, as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão, os direitos dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados.

3.4 Concorrência

No setor de saneamento do Rio Grande do Sul, os organismos municipais são responsáveis pela prestação dos serviços em Bagé, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre, Santana do Livramento, São Leopoldo, Ivoti e Teutônia. As prefeituras e outros operadores independentes atuam em sistemas de abastecimento de água de 182 municípios, sendo esses serviços prestados por associações, cooperativas, e outras iniciativas, criadas a partir de programas de saneamento rural.

Algumas prefeituras têm promovido processos licitatórios nos quais é permitida a participação de companhias e empresas privadas no setor de saneamento, modalidade pela qual optaram os municípios de Uruguaiana e São Gabriel. Por outro lado, algumas companhias de outras unidades da Federação estão alterando seus Estatutos, para que possam participar de licitações em outros estados, o que colabora para o crescimento da concorrência.

Apesar dessa mudança gradativa no mercado, a CORSAN, pela logística dos serviços prestados, é a operadora de maior relevância no contexto estadual, atuando na maioria dos sistemas, apresentando expressiva capacidade de geração de economia em escala, mesmo diante de variados níveis de complexidade de operação em função da heterogeneidade dos aspectos geográficos das regiões.

Diferentemente de outras companhias estaduais de saneamento do Brasil, a CORSAN não mantém contrato com a capital, peculiaridade esta que impõe um singular padrão de operação e comercialização. Em contrapartida, a região metropolitana de Porto Alegre é, em sua maioria, atendida pela Companhia.

4 SINOPSE DO DESEMPENHO

De acordo com a Revista Exame, Edição Especial Melhores e Maiores de 2014 (julho/2015), a CORSAN apresentou o seguinte desempenho:

- Figurou entre as 500 maiores companhias do país no quesito vendas nacional, obtendo a posição 295 no ranking (pág. 194). Essa marca superou a classificação de 2013, quando a Companhia atingira a posição 305.
 - Com relação ao quesito vendas, mantém-se na 30ª posição na classificação das 50 maiores estatais (pág. 228).
 - No que se refere ao indicador rentabilidade, figura na 8ª posição entre as empresas de serviços do Brasil (pág. 402).
 - Dentre as empresas de vários setores do Rio Grande do Sul, detém a 5ª posição em rentabilidade, a 6ª posição em riqueza/empregado e a 10ª posição em vendas líquidas (pág. 431).
 - Dentre as 100 maiores empresas da Região Sul, atingiu a 41ª posição. (pág. 440).
- Conforme consta na pesquisa *500 Maiores do Sul – Grandes & Líderes*, realizada há 25 anos pela Revista Amanhã e pela empresa PwC (edição 2015 nº 314), a CORSAN é a segunda maior empresa na classificação por receita líquida do setor de serviços públicos da Região Sul do país, e a 14ª maior empresa gaúcha, além de estar na 38ª posição entre as 500 maiores do sul. No exercício de 2015, os serviços de abastecimento de água prestados pela Companhia foram estendidos a 107.855 novas economias beneficiando aproximadamente 203 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 23.253 novas economias, beneficiando aproximadamente 52 mil pessoas.

Segmento	Número de Economias		
	2015	2014	% Crescimento
Abastecimento de Água	2.695.801	2.587.946	4,17%
Esgotamento Sanitário	333.548	310.295	7,49%

Base: CCG-Cognos

5 ESTRATÉGIAS DA GESTÃO EM SANEAMENTO

A questão do saneamento é uma das pautas de maior evidência no Brasil. Hoje vivemos um novo momento no setor, quando as companhias passaram a enfrentar cobrança mais efetiva do poder concedente, e a concorrência do setor privado. Com o objetivo de fazer frente a esse cenário, a gestão revisou o planejamento estratégico, conforme segue:

Missão

Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas;

Visão 2016-2019

Em 2019, manter a universalização da cobertura de água e atender a 30% da população urbana mediante a utilização do sistema de esgotamento sanitário de modo sustentável e com a garantia da satisfação dos clientes;

Visão 2030

Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender a 70% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus serviços e produtos e pela consolidação de novos negócios;

Valores

Sustentabilidade, responsabilidade social, ética, transparência, produtividade, segurança e eficiência, gestão compartilhada, valorização das pessoas e integração entre as áreas.

6 PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Em 2015, a CORSAN foi reconhecida pelo trabalho desenvolvido através do *Programa Jovem Aprendiz*, promovido pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

7 FINANCIAMENTOS CORPORATIVOS E INVESTIMENTOS REALIZADOS

7.1 Financiamentos Corporativos

No exercício de 2015 o Governo do Estado, através da CORSAN, deu continuidade às obras e projetos financiados iniciados nos exercícios anteriores.

Os empreendimentos no âmbito do PAC1, cujo início data do ano de 2007, encontram-se em andamento. Os valores totais dessas operações são da ordem de R\$782 milhões, sendo R\$ 697 milhões a título de financiamento/repasse e R\$85 milhões a título de contrapartida (valores originais dos contratos).

Com relação ao PAC2, as operações encontram-se em andamento. Os recursos disponibilizados pela segunda fase do PAC até o exercício de 2015 somam R\$ 2.136 milhões, sendo R\$ 2.036 milhões a título de financiamento/repasse e R\$ 100 milhões de contrapartida (valores originais dos contratos). No mês de dezembro de 2015, foi realizada a contratação de recursos não onerosos, destinados à implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Farroupilha, no valor de R\$ 20,2 milhões, com lastro no Orçamento Geral da União – OGU, sem contrapartida.

Fora do âmbito do PAC, permanecem vigentes os contratos de repasse abaixo discriminados, aguardando licenciamento ambiental e processo licitatório, para o efetivo início da execução de seus objetos:

- Junto ao Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL – FOCESM, na ordem de US\$ 2,5 milhões, cujos recursos destinam-se ao sistema de esgotamento sanitário de Acegua.
- Junto ao Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES, promovido pela Agência Nacional de Águas – ANA, na ordem de R\$ 5,1 milhões, cujos recursos destinam-se ao sistema de esgotamento sanitário de Erechim.

7.2 Investimentos Realizados

Programa	Investimentos Realizados em 2015		
	Origem do Recurso		Totais
	Próprio	Terceiros	
Abastecimento de Água	42.799	39.941	82.740
Esgotamento Sanitário	35.000	59.472	94.472
Desenvolvimento Comercial	17.414		17.414
Desenvolvimento Empresarial	19.827		19.827
Desenvolvimento Operacional	14.138	7.211	21.349
Totais	129.178	106.624	235.802

Fonte: AGE e SUCONT

8 POLÍTICAS OPERACIONAIS

8.1 Relacionamento com o Cliente

Depois do atendimento presencial, realizado nas Unidades de Saneamento da CORSAN, o *Call Center* é o principal canal de relacionamento da empresa com o cliente. No ano de 2015, a central atendeu a 423.657 pessoas, dando origem a 417.597 solicitações de 196 diferentes tipos.

O tempo médio de atendimento foi de 4 minutos e 36 segundos; o tempo médio de espera foi de 43 segundos, sendo que 87,6% dos clientes foram atendidos antes do parâmetro de 60 segundos. Como resultado desses e de diversos outros fatores relativos à gestão, o canal obteve uma nota de satisfação 80,61 (sobre 100 pontos possíveis), em envelope eletrônico realizada ao longo de todo ano, e que contou com a adesão de 60,2% de todos os clientes atendidos (na modalidade atendimento humano).

No que tange à principal demanda de informação no âmbito do teleatendimento, ou seja, as informações sobre ocorrências de rede, o embasamento das comunicações da CORSAN foi obtido pelo trabalho de gerenciamento, em tempo real, dos dados relativos a 8.957 episódios de desabastecimento. Foram providas informações sobre causas, abrangência e duração dos eventos para os clientes através dos diversos canais de relacionamento e, indiretamente, pela assessoria de imprensa.

A CORSAN atendeu também no monitoramento de redes sociais, atividade que gerou 1.826 contatos com clientes, bem como atendeu aos e-mails recebidos através da sessão de contatos do site corporativo e reclamações oriundas do site *Reclame Aqui*, totalizando 3.383 contatos ao longo do período. Além disso, foram estabelecidos diversos contatos com instituições representativas dos consumidores, como AGERGS e PROCON.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o ano de 2015, foi dada sequência aos treinamentos pertinentes à melhoria do atendimento ao cliente, quando 340 funcionários passaram por uma programação de 16 horas/aula. No ano de 2013, a CORSAN promoveu, junto à Unidade de Saneamento de Canoas, um projeto-piloto de instalação de um sistema de gerenciamento do atendimento presencial a clientes, suportado por tecnologia que inclui painel eletrônico de chamadas, emissor de senha, gerenciador de filas e emissão de relatórios gerenciais. O êxito da iniciativa deu origem a um edital para ampla adoção do sistema em outras cidades atendidas pela companhia, sendo contratado, inicialmente, para 40 Unidades de Saneamento.

Além disso, a CORSAN consolidou o novo serviço emissor de mensagem de texto para celulares (SMS), pelo qual o cliente recebe informações sobre a situação do abastecimento em seu município. O serviço funciona também como plataforma de ações proativas de comunicação por parte da empresa. Esse canal havia sido testado ainda em 2014, como piloto, e foi redimensionado e licitado em 2015, para plena utilização.

8.2 Melhorias no Tratamento dos Sistemas de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário

A CORSAN emite mensal e semestralmente relatórios sobre a qualidade da água tratada, por meio do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – SISÁGUA, disponibilizando os dados a todos os municípios onde atua, de acordo com a orientação do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº 2914/11. A água distribuída tem monitoramento permanente. O controle analítico, tanto da água tratada quanto da água bruta de mananciais superficiais e poços de mananciais subterrâneos, matérias-primas do processo produtivo, para atendimento do CONAMA 357/05 e 396/08, é supervisionado pelo Laboratório Central de Águas, que é acreditado pelo CGCRE/INMETRO e reconhecido pela Rede Metrológica do Rio Grande do Sul, segundo os critérios da norma de competência técnica NBR ISO/IEC 17.025. O Laboratório dispõe de equipamentos modernos e funcionários qualificados para realização dos ensaios solicitados pela legislação de potabilidade do Ministério da Saúde - Portaria 2914/11 e legislações CONAMAS.

A produção média mensal do Departamento de Produção Química e Coagulantes - DEPC é cerca de 2.350 toneladas de sulfato de alumínio líquido. A produção é toda destinada a atender ao consumo dos Sistemas de Abastecimento de Água da CORSAN, garantindo o abastecimento desse produto em todo o Estado. Em 2015, foram produzidas 28.300 toneladas de sulfato de alumínio líquido para atendimento às estações de tratamento de água da CORSAN.

Os Laboratório Central de Esgotos estão vinculados seis laboratórios regionais de esgoto, instalados nas seguintes Superintendências Regionais: SURCEN, SURSUL, SURLIT, SURNE, SURFRO e SURPLA (estes dois últimos ainda a implantar). Os laboratórios regionais apoiam o atendimento descentralizado às legislações e licenças de operação. Foram realizados cerca de 13.750 ensaios. Nos laboratórios regionais, foram realizados aproximadamente: 8.890 ensaios no LRECEM; 3.250 ensaios no LRESUL; 9.020 ensaios no LRELIT e 3.140 ensaios no LRENE.

Em 2015, foi realizado o primeiro curso para Operadores de Estações de Tratamento de Esgoto.

8.3 Melhorias e Desenvolvimento Operacional

- Desenvolvimento dos procedimentos operacionais para o SMS - Sistema Móvel de Serviço e Tablet, cujo objetivo é a geração e controle das ordens de serviços operacionais e comerciais;
- Elaboração de especificações e encaminhamento de aproximadamente 160 processos licitatórios nas áreas de:
 - Materiais e equipamentos operacionais (desde materiais de manutenção sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos até caminhões de esgoto);
 - Serviços manutenção operacional (desde os clássicos serviços de apoio operacional até os serviços de manutenção de equipamentos eletromecânicos);
 - Manutenção e Melhorias nas Unidades Operacionais;
 - Eficiência Operacional (com enfoque em redução do índice de perdas, em gestão de energia e macromedicação);
 - Planejamento Operacional.
- Especificações de equipamentos mais eficientes para os sistemas de bombeamento de água;
- Aprovação de Apropriações para Registro de Obras - APRO referentes à execução de 213.140 metros de substituições de redes de água;
- Aprovação de APRO para a execução de 106.597 metros de ampliações de redes de água.

8.4 Desenvolvimento de Tecnologia e Gestão Operacional

- Geoprocessamento
 - Em prosseguimento às ações de cadastro técnico das redes de água e esgoto dos municípios atendidos pela CORSAN, destacamos os trabalhos de mapeamento voltados à atualização e georreferenciamento do cadastro técnico operacional das seguintes localidades: Guaíba/Eldorado do Sul (finalização e entrega do cadastro) e Passo Fundo (início do cadastro).
 - Foi encaminhado processo licitatório referente às localidades de Santa Cruz, Rio Grande, Garibaldi, Santo Ângelo e Vacaria.
 - Ocorreu a manutenção do suporte para equipes locais realizarem a atualização do Cadastro Técnico Operacional a partir do emprego do geoprocessamento (denominados Núcleos Locais de Geoinformação e Cadastro) e a distribuição de equipamentos de GPS. Além disso, foram realizadas ações de levantamento, em campo, de dados georreferenciados voltadas a subsidiar as áreas de projeto, operação, licenciamento ambiental, recursos hídricos, automação, etc.
 - Foi realizada licitação para contratação dos serviços de topografia, georreferenciamento, geoprocessamento e desenho técnico digital para dar suporte a toda a CORSAN.
- Acervo técnico
 - Após a implantação do Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos - GED, em conjunto com a Companhia de Processamento de Dados do Estado - PROCERGS, foi realizado o carregamento dos dados digitais na mapoteca da CORSAN, consolidando o Projeto Mapoteca Digital - Sistema DOC.
 - A Biblioteca da CORSAN manteve sua atuação na prestação de atendimento aos usuários das diversas áreas da Companhia, disponibilizando seu acervo através da Biblioteca Virtual do Estado do RS, via <http://www.bivvirtual.rs.gov.br/>, e gerenciando, além do acervo bibliográfico da empresa, o acesso ao banco de dados de natureza estatística, econômica e financeira, na modalidade FGV Dados Premium, e também o acesso aos serviços para visualização, atualização, impressão e gerenciamento de normas técnicas ABNT via WEB.
 - Em 2015 também entrou em operação o Sistema GEOPORTAL CORSAN, servidor publicador de mapas em ambiente WEB, com ações de divulgação e ampliação do uso.
- Cooperação técnica com municípios
 - Com relação aos convênios de cooperação técnica e intercâmbio de dados georreferenciados, mantivemos o intercâmbio de informações dos dados com os municípios já conveniados e buscamos novos convênios para essa finalidade. Atualmente a CORSAN mantém convênios com os municípios de Canoas, Passo Fundo e Cachoeirinha.
- Automação e telemetria
 - Ações de automatização e telemetria foram planejadas em mais de sessenta (60) localidades. Tais ações abrangem desde as inclusões de estações de telemetria, perpassando a instalação de supervisórios, até a implantação de Centros de Controle Operacionais - CCO. Através do acompanhamento e análise dos dados monitorados, foram possíveis diversos ajustes operacionais, dos quais foram obtidos resultados no tocante à redução do consumo de energia elétrica, redução de perdas de água e agilização de manutenções de rede de abastecimento de água. Em especial, a antecipação da detecção de vazamentos provoca redução nos custos operacionais da companhia e valorização dos funcionários, otimizando a mão de obra. Anteriormente à automação, funcionários tinham seus postos de trabalho junto a captações de água; atualmente, eles executam serviços menos insalubres, integrados a áreas operacionais e administrativas.
 - No âmbito da implantação de automações e telemetria com sistema supervisório concluídas em 2015, destacamos os sistemas de Santo Ângelo, Farroupilha, Osório, Gramado e Canela, Santa Rosa, São Borja e Itaqui, Três de Maio e Crissiumal. Salientamos ainda as principais implementações de automação e telemetria contratadas e em execução durante 2015: Santa Cruz do Sul, Três Passos, Erechim, Carlos Barbosa e Barão, Santa Maria.
- Pesquisa e inovação
 - Fundação Universidade do Rio Grande - FURG: assinado um protocolo de intenções e participação em workshop e diversas reuniões para desenvolvimento de Termos de Cooperação Técnica nas temáticas: estudos sobre a dispersão de esgotos urbanos na plataforma continental sul; manejo de banhados; novos coagulantes; novos contaminantes; manutenção e confiabilidade, redução de perdas e aferição.
 - Outras IES e instituições de pesquisa: Junto à Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS/IPH, à Fundação de Ciência e Tecnologia - CIENTEC e à Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS, foram realizadas vistas técnicas e reuniões para elaboração de Protocolos de Intenções e eventos de mapeamento de potencialidades, que ocorrerão no próximo ano.
 - Termo de Cooperação Técnica para teste piloto com sistema de filtros-discos para remoção de partículas sólidas na água.
 - Termo de Referência relativo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico para aquisição e implantação de sistema de microgeração híbrida de energia através do uso de fonte solar (painéis fotovoltaicos) e eólica (aerogeradores), com comissionamento, para operação de sistema de compensação de energia.
- Aquisição de equipamentos
 - Projeto de aquisição de indicador visual de vento de superfície (biruta), em atendimento à legislação vigente, utilizado para indicar a posição do vento em caso que vazamento de produto químico.
 - Aquisição de perfuratriz por método não destrutivo, que visa a reduzir tempo de obra com trabalhos de escavações e custos com repavimentação asfáltica, bem como minimizar a interferência no tráfego de veículos e no comércio local.
 - Projeto de aquisição de Georadar, que tem como vantagens localizar tubulações e cabos enterrados sem a necessidade de escavações, preservar o meio ambiente, reduzir custos com repavimentação asfáltica, reduzir tempo de execução de intervenções em redes em razão da precisão do equipamento, mapear rede de distribuição de água e coletora de esgoto.

9 POLÍTICAS ADMINISTRATIVAS

9.1 Quadro de Pessoal

A CORSAN admitiu 173 novos empregados, encerrando o ano de 2015 com o total de 5.461 empregados.

9.2 Saúde e Segurança

- A CORSAN tem como objetivo promover a qualidade de vida de seus trabalhadores, em especial no que se refere à preservação da saúde e integridade física. Nesse sentido, de forma associada às atividades desenvolvidas, foram premissas no ano de 2015:
- Observar os aspectos de Segurança do Trabalho inseridos no processo produtivo, de forma efetiva, em todas as suas etapas;
 - Trabalhar preventivamente, identificando e gerenciando os riscos relacionados ao Trabalho, a fim de minimizá-los ou eliminá-los;
 - Assegurar a conformidade com a Legislação vigente de Segurança e Saúde do Trabalho, demais requisitos e compromissos assumidos, pertinentes as suas atividades;
 - Avaliar continuamente o processo de gestão da Segurança e da Saúde do Trabalho.

9.3 Atividades de Capacitação e Aperfeiçoamento

O Programa de Aprendizagem e Capacitação 2015 representou um investimento de mais de R\$ 1,5 milhão, disponibilizando aos empregados mais de 4.695 oportunidades, num total de 70.490 horas em treinamento.

9.4 Acordo Coletivo

As negociações coletivas resultaram na manutenção das vantagens e na continuidade da recuperação de perdas, com o reajuste salarial pelo INPC. No mês de junho de 2015, o processo já estava concluído.

9.5 Programa de Participação nos Lucros e nos Resultados - PPLR

A CORSAN distribuiu ao quadro de empregados o total de R\$ 33,5 milhões pelo desempenho sobre as metas estratégicas setoriais e corporativas.

9.6 Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PDV)

A CORSAN efetuou o desligamento de 204 empregados através do Programa de Demissão Voluntária, implicando o pagamento

indenizatório de R\$ 20 milhões.

9.7 Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA)

A CORSAN, através das ações do Programa, preparou 80 empregados para a aposentadoria.

9.8 Gestão do Conhecimento

Ainda em 2015, com a revisão do Planejamento Estratégico da CORSAN, foram definidos dois projetos para a área de recursos humanos que serão trabalhados durante o ano de 2016:

- Implantar Política de Gestão de Pessoas Orientadas para o Resultado;
- Criar Programa de Educação Corporativa que contemple a formação do conhecimento na organização, desde o ingresso do servidor até a sua ascensão ao mais alto nível hierárquico, garantido assim a retenção do conhecimento.

10 POLÍTICAS COMERCIAIS

Em 2015, a CORSAN disponibilizou 280.559.862 m³ de água potável para as diversas comunidades atendidas por seus sistemas. O consumo médio anual chegou à marca de 9,47 m³ por economia.

10.1 Otimização da Medição

Conforme projeto de aquisição de hidrômetros iniciado no ano de 2014 (com previsão de término em 2016), foram provisionados R\$ 29,9 milhões para aquisição de 478.485 medidores de ¾ a 6 polegadas. Em 2015, foram entregues 324.000 hidrômetros, dentre os quais, 299.712 foram destinados à substituição. Para o ano de 2016, está previsto um aditivo de 25% do valor, prevendo aquisição de 118.000 unidades.

10.2 Adequação de Ligações Novas

A CORSAN destina verbas orçamentárias ao incentivo de novas ligações prediais de água. No período de 2015 foram adquiridos e entregues 11.500 conjuntos de ligação, cujo investimento alcançou R\$ 609 mil reais.

10.3 Redução da Evasão de Clientes

Em conjunto com o Ministério Público e órgãos de Vigilância Sanitária dos municípios, a CORSAN realizou ações voltadas à diminuição da proliferação de fontes alternativas indevidas, observando o cumprimento à legislação federal e a estadual vigentes. As ações concentraram-se na revisão do cadastro das fontes alternativas em diversas cidades, para evitar a utilização de poços domésticos.

Foram encaminhadas listagens com possíveis usuários de fontes alternativas às Promotorias locais de diversos municípios, resultando em 114 lacramentos nos municípios de Gramado, Torres, Capão da Canoa, Esteio, Ilópolis, Arroio do Sal, Bento Gonçalves, Igrejinha, Sapiranga, Palmares do Sul e Três Coroas.

10.4 Sistema Móvel de Serviço CORSAN - SMS

O Projeto Sistema Móvel de Serviço da CORSAN – SMS tem como objetivo a operação dos principais módulos comerciais de contato com o cliente. O SMS torna possível processar, em tempo real, junto aos sistemas corporativos da Companhia, a atualização das informações relativas aos serviços executados em campo. Para a plena implementação do projeto, em 2015 as regras de negócios comerciais junto aos demais sistemas corporativos da CORSAN foram realinhadas. Na atual fase, encontra-se em processo de aquisição um lote de 982 tablets, necessários para a efetiva operação comercial da mobilidade dos serviços. A implantação do SMS, cujo prazo abrange os anos de 2015 e 2016, teve início na Superintendência Regional Litoral – SURLIT, onde a solução encontra-se instalada e funcionando em todas as Unidades de Saneamento. Para o ano de 2016, a previsão é de que todas as superintendências regionais tenham o SMS em pleno funcionamento.

10.5 Controle da Inadimplência

No que se refere à gestão da inadimplência, destacam-se ações preventivas, tais como a reativação da inclusão de usuários de imóveis com faturas pendentes em órgãos de restrição ao crédito (SPC, SERASA e FCDL).

10.6 Política de Atualização Cadastral

A CORSAN iniciou, em agosto de 2015, um processo massivo de revisão de cadastro específico nas economias atendidas, tendo como resultado o incremento superior a 38.000 economias faturadas além do crescimento vegetativo natural.

11 RESUMO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1 Destaques Financeiros

Os valores estão expressos em milhares de reais, e foram apurados em conformidade com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

	2015	2014
Receita Operacional Líquida	2.080.188	2.015.170
Lucro Bruto	728.253	824.956
Lucro Líquido	163.877	232.753
Endividamento Líquido	407.083	307.091
LAJIDA (EBITDA)	322.035	374.485
Margem Líquida EBITDA	15,48%	18,58%
Ativo Total	3.913.118	3.751.677
Ativo Imobilizado	88.360	89.275
Ativo Intangível	2.527.546	2.332.430
Ativo Financeiro	322.819	292.042
Patrimônio Líquido	1.675.777	1.300.078
Participação Capital Terceiros/Capital Próprio (índice)	1,34	1,88
	em milhares	

11.2 Endividamento Líquido

O endividamento geral da Companhia referente a empréstimos e financiamentos atingiu R\$ 460 milhões em 2015 e R\$ 446 milhões em 2014, conforme quadro a seguir:

	2015	2014
Endividamento de curto prazo	58.944	50.549
Endividamento de longo prazo	401.100	396.027
Total	460.044	446.576
Disponibilidades	52.961	139.485
Endividamento Líquido	407.083	307.091
Endividamento Líquido (Endividamento Líquido/Patrimônio Líquido)	24,29%	23,62%
	em milhares	

11.3 Composição do LAJIDA (EBITDA)

	2015	2014
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	220.072	319.421
(+) Despesas Financeiras	95.336	54.637
(-) Receitas Financeiras	- 90.291	- 77.036
(+) Depreciações e Amortizações	96.918	77.463
LAJIDA	322.035	374.485
Margem Líquida	15,48%	18,58%
	em milhares	

11.4 Gestão Financeira

Ao longo do ano de 2015, a CORSAN esteve focada na estabilização financeira da Companhia, mediante as seguintes medidas adotadas:

- Liquidação dos compromissos financeiros na data de seus efetivos vencimentos;
- Aperfeiçoamento dos controles e pagamentos das faturas de energia elétrica;
- Alteração e melhorias de rotinas e processos internos.

12 RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados pela CORSAN junto à empresa HLB AUDITLINK E CIA AUDITORES. Para tanto, foi realizado processo licitatório, conforme estabelece a Lei 8666/93, resultando no Termo de Contrato 201/2015, firmado em 03/12/2015, com prazo de doze meses.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Salientamos que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações contábeis.

13 AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação - SOP, aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência nos relacionamentos, a qual tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2015.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	2015	2014
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	21.152	37.366
Aplicações financeiras	5	31.809	102.119
Contas a receber de clientes	6	272.110	244.697
Estoques	7	66.427	51.102
Depósitos judiciais	19	72.815	58.139
Impostos a recuperar		12.187	7.905
Outros créditos	9	9.535	8.174
		486.035	509.502
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		810.263	819.559
Contas a receber de clientes	6	4.716	6.786
Depósitos judiciais	19	149.025	118.623
Aplicações financeiras	5	46.057	28.376
Aplicações no caixa único do estado		729	137
Ativos financeiros - contratos de concessão	10	322.819	292.042
Créditos fiscais diferidos	8	277.296	363.463
Depósitos em garantia	15	3.012	3.312
Outros créditos	9	6.609	6.820
INVESTIMENTOS		914	911
IMOBILIZADO	11	88.360	89.275
INTANGÍVEL	12	2.527.546	2.332.430
TOTAL ATIVO		3.913.118	3.751.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

PASSIVO

	Nota	2015	2014
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	51.235	41.985
Debêntures	15	8.876	8.564
Fornecedores	16	121.059	101.988
Impostos e contribuições		51.938	52.648
Dívidas com Fundação CORSAN	22.b	32.181	23.946
Ordenados, férias e encargos a pagar		64.882	58.439
Provisões para riscos trabalhistas	19	139.319	171.400
Participação nos resultados		27.908	33.734
Dividendos e juros sobre o capital próprio	22.a	130.553	83.668
Outras contas a pagar	17	12.723	16.628
		640.674	593.000
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	14	361.413	351.003
Debêntures	15	38.520	45.024
Dívidas com Fundação CORSAN	22.b	125.904	139.935
Contratos de repasse	18	9.232	8.295
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	19	290.945	163.284
Provisão para benefício pós-emprego	20	757.134	1.136.463
Débitos fiscais diferidos	8	13.519	14.595
		1.596.667	1.858.599
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		939.148	657.351
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros		687.453	756.260
Outros resultados abrangentes		19.275	(232.478)
Adiantamento para futuro aumento de capital		12.753	101.797
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	21	1.675.777	1.300.078
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.913.118	3.751.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	23	2.080.188	2.015.170
Custos das vendas, serviços e de construção	24	(1.351.935)	(1.190.214)
LUCRO BRUTO		728.253	824.956
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(503.136)	(527.934)
Despesas comerciais	24	(80.267)	(68.933)
Despesas administrativas	24	(416.463)	(457.416)
Outras receitas operacionais		9.210	16.536
Outras despesas operacionais		(15.616)	(18.121)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		225.117	297.022
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	25	(5.045)	22.399
Receitas financeiras		90.291	77.037
Despesas financeiras		(95.336)	(54.638)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		220.072	319.421
Corrente	8.a	(100.866)	(127.237)
Contribuição social		(7.606)	(35.139)
Imposto de renda		(73.260)	(92.098)
Diferido	8.a	44.671	40.569
Contribuição social diferida		11.772	10.945
Imposto de renda diferido		32.899	29.624
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		163.877	232.753
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,26711	0,43798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Receitas	2.259.559	2.184.697
Vendas de mercadorias e serviços	2.065.573	1.958.738
Receitas de construção	184.066	192.398
Provisão para devedores duvidosos - reversão/constituição	(7.979)	3.884
Outras receitas	17.899	29.677
Insumos adquiridos de terceiros	(769.139)	(701.170)
Custos dos serviços	(695.497)	(587.793)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(87.515)	(133.249)
Outros	13.873	19.872
Valor adicionado bruto	1.490.420	1.483.527
Depreciação e amortização	(96.918)	(77.463)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.393.502	1.406.064
Valor adicionado recebido em transferência	99.078	93.572
Receitas financeiras	90.291	77.037
Doações e subvenções - OUTROS	8.787	16.535
Valor adicionado total a distribuir	1.492.580	1.499.636
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	849.157	808.031
Remuneração	567.175	513.169
FGTS	28.357	25.434
Benefícios	191.647	169.713
Fundo de previdência	61.978	99.715
Impostos, taxas e contribuições	360.383	380.221
Federal	346.475	368.331
Estadual	12.004	9.571
Municipal	1.904	2.319
Remuneração de capitais de terceiros	119.163	78.631
Despesas financeiras	95.336	54.749
Aluguéis	23.827	23.882
Remuneração de capitais próprios	163.877	232.753
Juros sobre o capital próprio	54.913	52.509
Dividendos propostos	-	2.770
Lucros retidos	108.964	177.474
Total do valor adicionado distribuído	1.492.580	1.499.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2015	2014
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		163.877	232.753
Outros resultados abrangentes		251.753	(64.460)
Realização da reserva de reavaliação		(2.229)	(9.180)
Ganho(perda) atuarial - FUNCORSAN	20	384.821	(83.757)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(130.839)	28.477
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		415.630	168.293

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(valores expressos em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	220.072	319.421
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	96.918	77.463
Baixa de imobilizado e intangível	834	1.831
Provisão para devedores duvidosos	7.979	(3.884)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	55.138	34.040
Provisão para benefício pós-emprego	5.493	48.042
Juros e variações monetárias	78.189	51.642
Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	(12.599)	(8.368)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(560)	(111)
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(26.804)	(21.201)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(4.952)	(7.029)
Provisão para tributos diferidos (PIS/PASEP)	(5.189)	2.276
Imposto de renda e contribuição social	(100.866)	(127.237)
Lucro líquido ajustado	313.653	366.885
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
(Aumento) de contas a receber de clientes	(32.763)	(13.930)
(Aumento) de estoques	(22.508)	(7.733)
(Aumento) de depósitos judiciais	(45.078)	(5.389)
(Aumento) de rendimentos SIAC	(592)	(134)
(Aumento) de depósitos em garantia	(300)	(322)
Redução de outros créditos	3.177	12.284
Variações nos passivos:		
Aumento (redução) de fornecedores	23.132	(21.861)
(Redução) aumento de impostos e contribuições	(710)	14.214
Aumento de dívidas com Fundação CORSAN	1.703	8.744
Aumento de férias e encargos a pagar	7.669	4.981
(Redução) aumento de participação nos resultados	(5.825)	6.886
(Redução) de outros débitos	(9.255)	(1.125)
Caixa líquido das atividades operacionais	232.303	363.500
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	65.828	(98.250)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(12.059)	(17.632)
Custos de construção - contratos de concessão	(179.114)	(185.369)
Outras aquisições intangível	(84.391)	(89.305)
Caixa líquido das atividades de investimento	(209.736)	(390.556)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	67.666	89.478
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(105.435)	(67.684)
Contratos de repasse	5.142	3.980
Debêntures - captação	-	17.286
Debêntures - pagamento	(10.878)	(3.699)
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(8.029)	(49.995)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.753	40.053
Caixa líquido das atividades de financiamento	(38.781)	29.419
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(16.214)	2.363
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	21.152	37.366
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.366	35.003
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(16.214)	2.363
Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	37.042	23.490
Transferências entre estoque e intangível	7.183	8.854
Juros capitalizados	22.836	18.023
Aumento de capital social com adiantamento para futuro aumento de capital	101.797	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Valores expressos em milhares de Reais

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 01 de janeiro de 2014	657.351	9.262	7.886	57.536	214	511.855	(168.018)	-	1.076.086	61.744	1.137.830
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40.053	40.053
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(9.180)	9.180	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(55.280)	-	(55.280)	-	(55.280)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	232.753	232.753	-	232.753
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(52.508)	(52.508)	-	(52.508)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(2.770)	(2.770)	-	(2.770)
Constituição de reservas	-	-	-	11.638	1.011	174.006	-	(186.655)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	657.351	9.262	7.886	69.174	1.225	685.861	(232.478)	-	1.198.281	101.797	1.300.078
Saldos em 01 de janeiro de 2015	657.351	9.262	7.886	69.174	1.225	685.861	(232.478)	-	1.198.281	101.797	1.300.078
Integralização de capital	281.797	-	-	-	-	(180.000)	-	-	101.797	(101.797)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.f	-	-	-	-	-	-	-	-	12.753	12.753
Realização da reserva de reavaliação	21.c	-	-	-	-	-	(2.229)	2.229	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	253.982	-	253.982	-	253.982
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	163.877	163.877	-	163.877
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	21.d	-	-	-	-	-	-	(54.913)	(54.913)	-	(54.913)
Dividendos	21.d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	21.e	-	-	-	8.194	291	102.708	-	(111.193)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	939.148	9.262	7.886	77.368	1.516	608.569	19.275	-	1.663.024	12.753	1.675.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia") é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966. O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação. O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades. Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul. A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Visa a sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos. Atua em 316 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 282 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 280 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2015, há 17 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 21 de março de 2016. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado da capital da Companhia. Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avarias ou obsolescência.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios	25 anos
• Máquinas	10 anos
• Veículos	5 anos
• Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica onde os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2015 e 2014 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com Fundação CORSAN.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11) Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e a relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695 de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais eram reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Desde 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33 e IAS 19 (R1) – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.13) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(i) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de

serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(ii) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção (IAS 11), segundo o método de percentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (2,76% em 2015 e 3,79% em 2014).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(iii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.15) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputa o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios calculados na forma da lei.

2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2015 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

2.18) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.20) Programa de participação nos resultados - PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.21) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICP 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS AINDA NÃO EM VIGOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.
- IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens e serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nos IFRS e nos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("US Gaap") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A nova norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.
- IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- IFRS 16 – Arrendamento Mercantil – Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após essa data;
- Alterações à IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 38 – Esclarecimento de Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização - As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações à IAS 16 e à IAS 41 – Agricultura: Plantas Frutíferas - As alterações estão retrospectivamente em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data;
- Alterações à IAS 27 – Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada, que está em análise no Brasil.
- Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto – As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data, sendo permitida a adoção antecipada.
- Melhorias anuais – Ciclo 2011-2013 - Aplicável para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016, incluindo: IFRS 5 Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios aos Empregados, IAS 34 Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras Intermediárias, Alterações na IAS 1 Iniciativa de Divulgação e Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2015	31/12/2014
Caixa	1	1
Depósitos bancários	9.417	17.836
Aplicação de liquidez imediata	11.734	19.529
	21.152	37.366

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo totalizam R\$31.809 em 31 de dezembro de 2015 (R\$102.119 em 31 de dezembro de 2014) e referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$ 46.057 em 31 de dezembro de 2015 (R\$28.376 em 31 de dezembro de 2014) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal. O saldo de 31 de dezembro de 2014 foi reclassificado para o não circulante, para fins de comparação.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.894
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	2.902
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	36.261
		46.057

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2015	31/12/2014
Contas a receber vincendas		
Particular	132.240	128.711
Pública	12.254	8.155
Contas a receber vencidas		
Particular	57.710	59.477
Pública	30.649	7.164
Receitas a faturar	58.745	54.768
Total de contas a receber	291.598	258.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.772)	(6.792)
	276.826	251.483
Circulante	272.110	244.697
Não circulante	4.716	6.786

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	132.240	12.254	128.711	8.155
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	38.456	3.752	36.712	4.418
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	11.083	6.754	13.299	1.331
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	4.641	8.901	3.833	256
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.410	9.589	2.968	549
Créditos vencidos - mais de 360 dias	2.120	1.653	2.665	610
	189.950	42.903	188.188	15.319

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	(6.792)	(10.676)
Adições	(14.128)	(25.578)
Reversões/realização de perda	6.148	29.462
Saldo no final do exercício	(14.772)	(6.792)

7. ESTOQUES

	31/12/2015	31/12/2014
Tubulações de água e esgoto	24.843	17.241
Materiais de tratamento/laboratório	26.482	20.095
Materiais diversos	15.102	13.766
	66.427	51.102

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2015	31/12/2014
Classificados no Ativo Não Circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	277.296	363.463
Classificados no Passivo Não Circulante		
Pasep e Cofins diferidos	13.519	14.595

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	757.134	1.136.463
Provisão para contribuição adicional a Fundação CORSAN	34.007	32.480
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	430.264	334.684
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.772	6.792
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	9.610	53.205
Provisões para perdas - outras	62.633	19.710
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	40.400	41.011
Reserva de reavaliação	(73.792)	(71.257)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(297.523)	(326.989)
Encargos financeiros capitalizados	(174.708)	(167.403)
Variação cambial tributada por regime de caixa	7.403	(18.451)
Outras provisões e diferenças temporárias	5.375	28.764
Total das diferenças temporárias	815.575	1.069.009
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	277.296	363.463

Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	220.072	319.421
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(74.825)	(108.603)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	18.670	17.853
Incentivos fiscais	3.655	4.751
Outras diferenças permanentes	(3.695)	(669)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(56.195)	(86.668)
Corrente	(100.866)	(127.237)
Diferido	44.671	40.569
Alíquota efetiva	26%	27%

b) COFINS e PASEP Diferidos

	31/12/2015			31/12/2014		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
COFINS e PASEP Diferidos						
RTT	11.108	2.411	13.519	11.991	2.604	14.595
Total COFINS e PASEP	11.108	2.411	13.519	11.991	2.604	14.595
Valor passivo	(11.321)	(2.457)	(13.778)	(12.204)	(2.650)	(14.854)
Valor ativo	213	46	259	213	46	259

c) Lei 12.793 e IN RFB 1.397

A Lei 12.973/2014 de 13 de maio de 2014, trata dos efeitos da extinção do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014. A Companhia optou por aderir no exercício de 2015 procedendo conforme previsão legal.

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2015	31/12/2014
Créditos com prefeituras municipais	3.419	3.609
Adiantamento de férias	3.920	3.326
Indenizações judiciais a receber	3.605	3.584
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.799	1.548
Valores a compensar	1.916	1.929
Créditos diversos	1.485	798
	16.144	14.994
Circulante	9.535	8.174
Não circulante	6.609	6.820

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, R\$322.819 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$292.042 em 31 de dezembro de 2014). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros	943.916	695.291
(-) Ajuste a valor presente	(621.097)	(403.249)
	322.819	292.042

Movimentação do ativo financeiro:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo no início do exercício	292.042	303.375
Constituição/realização de AVP	26.803	(12.254)
Adições	41.016	24.467
Transferências Líquidas	(37.042)	(23.490)
Bens em comodato	-	(56)
Saldo no final do exercício	322.819	292.042

Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$24.246 (R\$21.574 em 31 de dezembro de 2014) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2015 totaliza R\$36.856 (R\$33.775 em 31 de dezembro de 2014) e foi reclassificado para o ativo financeiro em 2011.

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2014	22.128	299.705	47	321.880
Adições	-	11.972	87	12.059
Baixas	-	(1.667)	-	(1.667)
Transferências	-	(9)	2	(7)
Saldos em 31/12/2015	22.128	310.001	136	332.265
Depreciação				
Saldos em 31/12/2014	(17.204)	(215.401)	-	(232.605)
Depreciações	(856)	(11.949)	-	(12.805)
Baixas	-	1.505	-	1.505
Saldos em 31/12/2015	(18.060)	(225.845)	-	(243.905)
Saldos líquidos em 31/12/2014	4.924	84.304	47	89.275
Saldos líquidos em 31/12/2015	4.068	84.156	136	88.360

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$10.176 (R\$9.677 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 1.119 (R\$1.070 em 31 de dezembro de 2014) como despesa comercial e R\$1.510 (R\$1.505 em 31 de dezembro de 2014) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12. ATIVO INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos em 31/12/2014	732.538	409.469	131.253	1.312.354	2.585.614
Adições	15.434	1.336	8.607	248.688	274.065
Baixas	-	-	(608)	(301)	(909)
Transferências	156.535	285.798	8.067	(444.564)	5.836
Saldos em 31/12/2015	904.507	696.603	147.319	1.116.177	2.864.606
Amortização					
Saldos em 31/12/2014	(154.786)	(68.561)	(29.837)	-	(253.184)
Amortizações	(46.681)	(26.945)	(10.487)	-	(84.113)
Baixas	-	-	237	-	237
Saldos em 31/12/2015	(201.467)	(95.506)	(40.087)	-	(337.060)
Saldos líquidos em 31/12/2014	577.752	340.908	101.416	1.312.354	2.332.430
Saldos líquidos em 31/12/2015	703.040	601.097	107.232	1.116.177	2.527.546

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$84.113 (R\$65.211 em 31 de dezembro de 2014).

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos tem vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é de R\$22.836 (R\$18.023 em 31 de dezembro de 2014). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 7,3% a.a.

13. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	25.077	20.801	157.169	172.801
BID - Projeto "Pró-Gualba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	15.649	10.838	56.989	48.458
Caixa Econômica Federal				7.665	6.848	124.047	105.884
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	17/02/30	7.631	4.863	123.182	104.966
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8,27%	31/03/17	34	1.985	866	918
PIMES - Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	41	240	-	40
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	145	144	910	938
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	2.314	2.753	18.981	19.619
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	344	361	3.317	3.263
				51.235	41.985	361.413	351.003

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Gualba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que se cumpridas possibilitam a Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2017	43.752
2018	44.841
2019	43.356
2020	43.033
2021	29.077
Após 2021	157.354
	361.413

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES e BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de dezembro de 2015 os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante		
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.123	2.125	9.514	11.745
2ª Emissão	IPCA	1,92%	3.853	3.546	17.360	18.834
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.900	2.893	11.646	14.445
			8.876	8.564	38.520	45.024

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.012 (R\$3.312 em 31 de dezembro de 2014).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2015 os índices estavam integralmente atendidos.

16. FORNECEDORES

	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores de materiais e serviços	121.059	99.219
Parcelamento - Fundação	-	2.769
	121.059	101.988
Circulante	121.059	101.988

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2015	31/12/2014
Consignações a recolher	5.446	4.725
Depósitos e retenções contratuais	5.338	5.031
Convênio Sesi	249	278
Outras contas a pagar	1.690	6.594
	12.723	16.628

18. CONTRATO DE REPASSE

a) Orçamento Geral do Estado - OGE

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado - OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Barrisul, e a CORSAN, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 31 de dezembro de 2015 (R\$4.315 em 31 de dezembro de 2014). Historicamente estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

b) Agência Nacional das Águas - ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 - PRODES entre a Agência Nacional das Águas - ANA e a Companhia, que têm por finalidade a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 31 de dezembro de 2015.

19. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2015		31/12/2014	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	248.443	86.241	198.881	93.574
Adições	227.024	19.049	138.238	31.331
Saques/Reversões	(130.824)	(31.521)	(94.883)	(40.647)
Despesa financeira	9.033	2.819	6.207	1.983
Saldo final	353.676	76.588	248.443	86.241
Total		430.264		334.684
Circulante		139.319		171.400
Não circulante		290.945		163.284

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo inicial	176.762	172.129
Adições	149.426	138.090
Saques/Reversões	(104.348)	(133.457)
Saldo final	221.840	176.762
Circulante	72.815	58.139
Não circulante	149.025	118.623

Em 04/08/2015, o Superior Tribunal do Trabalho (TST) decidiu pela aplicação do IPCA-E ao invés do índice até então aplicado em condenações trabalhistas (a TR). Em 31/08/2015, foi publicada a nova tabela de atualização das reclamações trabalhistas pelo Conselho Superior de Justiça do Trabalho, já considerando IPCA-E, confirmando a aplicabilidade do novo critério. Neste sentido o racional para atualização dos débitos trabalhistas passou a ser (i) TR +1% ao mês para (ii) IPCA +1 ao mês. Esta aplicação do novo fator de correção deve ser retroativa a partir de 30/09/2015. Já em outubro de 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu liminar suspendendo os efeitos da decisão do TST.

Frente a este assunto, a Companhia, considerando opinião legal de sua Superintendência Jurídica, concluiu como "possível" a perda relativa a atualização dos processos pelo IPCA-E, estimada em R\$68.113.

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2015, R\$61.447 (R\$56.924 em 31 de dezembro de 2014).

b) Outras reclamatórias trabalhistas - Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.455 ações. Em 31 de dezembro de 2015 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$292.229 (R\$191.519 em 31 de dezembro de 2014).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$121.056 em 31 de dezembro de 2015 (R\$98.758 em 31 de dezembro de 2014).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013 a Companhia recebeu

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda no montante de R\$4.668 (R\$ 4.668 em 31 de dezembro de 2014).

b) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 1.941 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$66.423 (R\$76.655 em 31 de dezembro de 2014).

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.497 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 4.918 em 31 de dezembro de 2014).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$247.477 em 31 de dezembro de 2015 (R\$168.641 em 31 de dezembro de 2014).

20. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	2015	2014
Plano de benefício definido	-	469.805
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	53.790	71.445
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	703.344	595.213
	757.134	1.136.463

Contribuição esperada para a patrocinadora

	2016	2015
Plano de benefício definido	46.959	48.763
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	9.100	3.872
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	63.416	34.408
	119.475	87.043

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo):

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações atuariais	1.275.859	1.674.343
Valor justo dos ativos do plano	(1.196.328)	(1.040.657)
Passivo/ (ativo) atuarial líquido total reconhecido	79.531	633.686
Restrição do Deficit Contratado	78.554	-
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 22.b)	(158.085)	(163.881)
Passivo atuarial provisionado	-	469.805

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora FUNCORSAN no valor de R\$158.085 em 31 de dezembro de 2015 (R\$163.881 em 31 de dezembro de 2014).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2015 e 2014 foi a seguinte:

	2015	2014
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	633.686	635.308
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	47.923	112.059
Contribuições do empregador vertidas no ano	(79.183)	(73.410)
Outros resultados abrangentes	(444.341)	(40.271)
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	158.085	633.686

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2015, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2016 são explicadas no quadro a seguir:

	2016	2015
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	21.706	25.010
Contribuições esperadas de participantes	(54.785)	(51.601)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	193.246	204.979
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(43.488)	(130.464)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	116.679	47.924

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2015	2014
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.674.343	1.518.737
Custo do serviço corrente bruto	25.010	25.654
Juros sobre obrigação atuarial	204.979	200.460
Benefícios pagos no ano	(113.216)	(92.250)
(Ganhos)/perdas atuariais	(349.697)	21.742
Valor das obrigações atuariais no final do ano	1.441.419	1.674.343

Evolução do valor justo dos ativos

	2015	2014
Valor justo dos ativos no início do ano	1.040.657	883.429
Benefícios pagos durante o exercício	(113.216)	(92.250)
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	51.601	41.347
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	79.184	73.410
Rendimento esperado dos ativos no ano	130.464	72.707
Ganhos/perdas atuariais	7.638	62.014
Valor justo dos ativos no fim do ano	1.196.328	1.040.657

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações atuariais	53.790	71.445
Passivo atuarial provisionado	53.790	71.445

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2015 e 2014 foi a seguinte:

	2015	2014
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	71.445	76.502
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	11.261	12.615
Contribuições do empregador vertidas no ano	(8.571)	(2.722)
Outros resultados abrangentes	(20.345)	(14.950)
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	53.790	71.445

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2015, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2016, são explicadas no quadro a seguir:

	2016	2015
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	1.306	2.077
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	6.874	9.184
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	8.180	11.261

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2015	2014
Valor das obrigações atuariais no início do ano	71.445	76.502
Custo do serviço corrente bruto	2.077	2.023
Juros sobre obrigação atuarial	9.184	10.592
Benefícios pagos no ano	(8.571)	(2.722)
(Ganhos)/ perdas atuariais	(20.345)	(14.950)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	53.790	71.445

c) Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"

A CORSAN assegura um benefício de Suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2015 - 2016.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Adirir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2016;
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN;
O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 270.278, conforme segue:

- 54 anos: 21 remunerações base;
- 55/56 anos: 19 remunerações base;
- 57/58 anos: 17 remunerações base;
- 59/60 anos: 10 remunerações base;
- 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar desligado da CORSAN.

Seguem resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo(ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2015	31/12/2014
Obrigações atuariais	703.344	595.213
Passivo/(ativo) atuarial provisionado	703.344	595.213

Para fins de registro contábil da CORSAN, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2015 e 2014 foi a seguinte:

	2015	2014
Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	595.213	432.977
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	87.998	72.022
Contribuições do empregador vertidas no ano	(59.731)	(48.763)
Outros resultados abrangentes	79.864	138.977
Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano	703.344	595.213

A origem da despesa reconhecida durante o exercício de 2015, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2016, são explicadas no quadro a seguir:

	2016	2015
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	23.606	15.899
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	92.950	72.099
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	116.556	87.998

	2015	2014
Valor das obrigações atuariais no início do ano	595.213	432.977
Custo do serviço corrente bruto	15.899	16.220
Juros sobre obrigação atuarial	72.099	55.802
Benefícios pagos no ano	(59.731)	(48.763)
(Ganhos)/ perdas atuariais	79.864	138.977
Valor das obrigações atuariais no final do ano	703.344	595.213

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	2015	2014
Econômicas e financeiras		
Taxa de desconto atuarial - real	7,36% a.a.	6,12% a.a.
Taxa de desconto atuarial - nominal	13,99% a.a.	12,61% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - real	7,36% a.a.	6,12% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos - nominal	13,99% a.a.	12,61% a.a.
Taxa de crescimento salarial - real	2,18% a.a.	2,00% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios - nominal	6,17% a.a.	Não
Inflação projetada	6,12% a.a.	6,12% a.a.
Fator de capacidade	98,00%	98,00%
Reajuste salários OUT - DEZ	4,99%	1,53%
Reajuste benefícios MAI - DEZ	4,99%	3,23%
Demográficas		
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 (A5%) basic male	AT 83 male
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male (A100%)	WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez	TASA - 1927	Light Média
Tábua de rotatividade	Gama Exp. Tot. Funcorsan 2015	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% de elegibilidade	100% de elegibilidade
Composição familiar	61%/84% casados, mulher/homens	Família Padrão
Benefícios a conceder e concedidos	3/4 anos mulher mais jovem para participantes mulheres e homens	

	2015	2014
Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		
Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 por percentagem ou faixa de percentagem		
Limite		
Segmento	2015	2014
Renda Fixa	85,44%	81,81%
Renda Variável	5,34%	7,66%
Investimentos Estruturados	0,18%	0,20%
Carteira de Imóveis	5,70%	6,92%
Empréstimos	3,33%	3,40%
Disponível	0,01%	0,01%
Fundo Garantidor	100,00%	100,00%

O retorno dos investimentos da Fundação Corsan em 2015 foi de R\$ 139.188 (R\$116.658 em 2014)

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	2015	2014
Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		
Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 por percentagem ou faixa de percentagem		
Limite		
Segmento	2015	2014
Renda Fixa	85,44%	81,81%
Renda Variável	5,34%	7,66%
Investimentos Estruturados	0,18%	0,20%
Carteira de Imóveis	5,70%	6,92%
Empréstimos	3,33%	3,40%
Disponível	0,01%	0,01%
Fundo Garantidor	100,00%	100,00%

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2015, onde 1.258 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, 204 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No exercício a despesa com desligamento foi de R\$59.731 (R\$48.763 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

A Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$5.493. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base.

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Funcorsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada. Sendo gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Funcorsan.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Política de investimentos

A Funcorsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos. O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- Contribuição de participantes ativos e assistidos;
- Contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan;
- Receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Funcorsan delega à Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2015 as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social da Companhia é de R\$939.148, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Capital votante (%)	Capital total (%)	Ações preferenciais (%)
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor			
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99.99999348018	99.99999348018	99.99999348018	99.99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação do patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2015 monta R\$76.328 (R\$78.557 em 31 de dezembro de 2014) líquida de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes".

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período findo em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$2.229, líquido dos efeitos tributários (R\$9.180 em 31 de dezembro de 2014).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possui registrada uma perda atuarial de R\$57.053, líquidas dos efeitos de créditos tributários (R\$311.036 em 31 de dezembro de 2014).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme demonstra a seguir:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	163.877	232.753
(-) Reserva legal (5%)	(8.194)	(11.637)
Base de cálculo para dividendos	155.683	221.116
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	38.921	55.278
Juros sobre capital próprio imputado ao dividendo	54.913	52.508
Dividendo mínimo	-	2.770
Total	54.913	55.278

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são, conforme demonstrado a seguir:

Dividendos / Juros sobre o Capital Próprio	Total Dividendos	JSCP - valor líquido	Dividendos propostos (R\$)
Ações Ordinárias	18.534	26.149	-
Ações Preferenciais	20.387	28.764	-
Total	38.921	54.913	-

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 54.913 (R\$52.508 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$18.670 (R\$17.853 em 31 de dezembro de 2014) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do imposto de renda retido na fonte.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito a aprovação da Assembleia Geral, a destinação do montante de R\$102.708 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados. Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$12.753, totalizando em 31 de dezembro de 2015 R\$ 12.753 (R\$101.797 em 31 de dezembro de 2014), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e Fundação Nacional da Saúde – FUNASA. Os adiantamentos foram classificados no patrimônio, por terem caráter irreversível.

22. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/12/2015	31/12/2014
Contas de água e esgoto - Saldo a receber	34.093	5.072
Aplicações no caixa único do Estado	729	137
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(130.553)	(80.898)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	-	(2.770)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

Composição da Dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	3.464	3.183	3.823	6.036
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	18.165	16.659	60.817	66.630
Contrato 122005	(*)		01/12/18	10.552	4.104	32.550	38.581
TAC	INPC	6% a.a	31/12/18	-	-	28.714	28.688
Total				32.181	23.946	125.904	139.935

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2015, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2017	35.934
2018	34.024
2019	27.973
2020	27.973
Total	125.904

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$6.406 (R\$4.306 em 31 de dezembro de 2014).

23. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	31/12/2015	31/12/2014
Serviços de abastecimento de água	1.948.642	1.866.420
Serviços de esgoto	121.416	111.991
Outras receitas de serviços prestados	17.476	31.292
Receitas de construção	184.066	192.398
Impostos sobre receita serviços	(191.412)	(186.931)
Total	2.080.188	2.015.170

24. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	31/12/2015	31/12/2014
Pessoal	838.453	768.913
Materiais	70.252	66.429
Energia elétrica	212.015	131.108
Serviços de terceiros	242.088	230.104
Gerais	127.504	117.302
Depreciações e amortizações	96.918	77.463
Provisões	82.321	139.875
Custos de construção	179.114	185.369
Outras (receitas)despesas operacionais, líquidas	6.406	1.585
Total	1.855.071	1.718.148

Classificados como:	31/12/2015	31/12/2014
Custos dos serviços	1.351.935	1.190.214
Despesas comerciais	80.267	68.933
Despesas administrativas	416.463	457.416
Outras (receitas)despesas operacionais, líquidas	6.406	1.585
Total	1.855.071	1.718.148

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2015	31/12/2014
Receitas financeiras	90.291	77.037
Acrescimos por inadimplementos	24.168	23.738
Variações monetárias ativas	10.916	9.602
Receitas financeiras pela realização de AVP	26.804	21.201
Variações cambiais ativas	8.183	6.137
Outras receitas financeiras	20.220	16.359
Despesas financeiras	(95.336)	(54.638)
Juros e taxas sobre financiamentos	(7.571)	(4.908)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(16.049)	(11.600)
Variações monetárias passivas	(39.751)	(25.228)
Variações cambiais passivas	(31.965)	(12.902)
Resultado financeiro líquido	(5.045)	22.399

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como, gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores.
- **Aplicações financeiras** – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.
- **Contas a receber** – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa.
- **Ativos financeiros** – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados.
- **Contas a pagar** - decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável.
- **Empréstimos e financiamentos e debêntures** – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço.
- **Dívidas com a Fundação CORSAN** – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 22.b.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, swaps, opções, futuros, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de Riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	51.276	137.145	239.519	427.940
Debêntures	11.348	26.642	12.617	50.607
Fornecedores	121.059	-	-	121.059
Dívidas com Fundação Corsan	33.731	74.346	57.771	165.848
	217.414	238.133	309.907	765.454

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data base de 31 de dezembro de 2015, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2015 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2015	(perdas) / ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(157.764)	(1.540)	(1.283)	(1.925)	(2.406)	(2.887)
Empréstimos	TJLP	(182.245)	(10.206)	(8.505)	(12.757)	(15.946)	(19.136)
Empréstimos	US Dólar	(72.639)	14.089	23.847	(549)	(18.846)	(37.143)
Debêntures	TJLP	(47.396)	(2.654)	(2.212)	(3.318)	(4.147)	(4.977)
		(460.044)	(311)	11.847	(18.549)	(41.345)	(64.142)
Indexador	TR / UPR		0,98	0,81	1,22*	1,53	1,83
	TJLP		5,60	4,67	7,00**	8,75	10,50
	US Dólar	3,97	3,20	2,67	4,00***	5,00	6,00

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro ocorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014. O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
Empréstimos e financiamentos	14	412.648	392.988
Debêntures	15	47.396	53.588
Fornecedores	16	121.059	101.988
Dívida Funcorsan	22.b	158.085	163.881
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(21.152)	(37.366)
(-) Aplicações financeiras	5	(31.809)	(102.119)
Dívida líquida		686.227	572.960
Patrimônio e Adiantamentos		1.675.777	1.300.078
Capital social e dívida líquida		2.362.004	1.873.038
Quociente de alavancagem		29,05%	30,59%

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2015.

DIRETORIA

Flavio Ferreira Presser
Diretor Presidente
CPF nº 192.190.830-00

Marcus Vinicius Vieira de Almeida
Diretor Administrativo
CPF nº 000.625.630-92

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
CPF nº 149.304.120-72

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações
CPF nº 414.119.780-72

Antonio Gomes
Diretor Técnico
CPF nº 266.196.100-30

Luciano Eli Martin
Diretor Comercial
CPF nº 375.607.350-53

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão
CPF nº 198.669.250-72

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7
CPF nº 911.643.110-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Ilmos. Srs.
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem

como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, em 31 de dezembro de 2015, o resultado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 28 de abril de 2015, não contém modificações.

Eldorado do Sul, 21 de março de 2016.

AudiLink & Cia. Auditores
CRC/RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi
Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, Rogério Alves Rios, Paulo Marques dos Reis e Demétrio Carlos Lazzaretti, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2015, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificada que a proposta do dividendo total relativo ao exercício de 2015, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN à aprovação dos Acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em Abril de 2016, contempla o pagamento sob a forma de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (25% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 38.921 mil, sendo que a Companhia registrou, no decorrer do exercício de 2015 o valor de R\$ 54.913 mil, correspondente ao valor de juros sobre o Capital Próprio, já líquido de Imposto de Renda Retido na Fonte não restando, portanto, nenhum valor a ser creditado, a título de Dividendos, relativos ao Exercício de 2015. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AUDILINK & CIA. AUDITORES e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal declara que os documentos estão aptos à aprovação pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 21 de março de 2016.

ROGÉRIO ALVES RIOS

PAULO MARQUES DOS REIS

DEMETRIO CARLOS LAZZARETTI

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e quinze, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 23 de março de 2016.

GERSON BURMANN
Presidente do Conselho

FLAVIO FERREIRA PRESSER
Conselheiro

SILVÉRIO MIRANDA NETO
Conselheiro

VALMOR LUIS KRYSCZUN
Conselheiro

LUIS FERNANDO SCHMIDT
Conselheiro